

CONGRESSO NACIONAL

MPV 585

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data Proposição 30/10/2012 Medida Provisória nº 585, de 23 de Outubro de 2012			
DEP. ANTONIO CARLOS	Autor S MENDES THAME ((PSDB/SP)	a.º do prontuário 332
1 Supressiva 2. substituti	va 3. 9 modificativa	4.X 9 aditiva	5. 9 Substitutivo global
Página Artigo	Parágrafos TEXTO / JUSTIF	Inciso TCAÇÃO	alínea
Acrescentem-se, onde couber, os artigos à MEDIDA PROVISÓRIA Nº 585, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012: Art. D art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido incisos com a seguinte redação: Art. 8º XII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de advocacia; XIII – as receitas decorrentes da prestação dos serviços de propaganda e applicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de			
Art. O art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido de incisos com a seguinte redação: "Art. 10			
XXVIII - as receitas	ção de vendas, pland	stação dos servi ejamento de cam	iços de Propaganda e panhas ou sistemas de

JUSTIFICAÇÃO

cobrança da Contribuição para o PIS/Pasep, e para a COFINS, respectivamente

As Lei nºs 10.637, de 2002, e 10.833, de 2003, que instituíram a não cumulatividade não FEDE

SSACM .

contribuíram para o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro. Mantido o faturamento mensal como fato gerador e como base de incidência, o regime não cumulativo passou a permitir a apropriação dos créditos relativos às etapas anteriores do processo de produção, transformando aquelas contribuições em um tributo sobre o valor adicionado. Como regra geral, a alíquota da contribuição para o PIS/PASEP foi elevada de 0,65% para 1,65%, e a da COFINS de 3% para 7,6%. A não cumulatividade beneficiou sobretudo o setor industrial e o varejo, até então muito onerados pela incidência em cascata sobre os seus insumos ou sobre os produtos a serem comercializados. Contudo, algumas atividades sofreram forte aumento de carga tributária, sobretudo da COFINS, razão pela qual, conforme Lei a nº 10.833, de 2003, foram mantidos no regime cumulativo os serviços de telecomunicações; das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros; de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior; prestados por hospitais,pronto socorro, casas de saúde e de recuperação sob orientação médica e bancos de sangue. Em alterações posteriores, o regime cumulativo foi mantido também para os serviços prestados por clínicas médicas, odontológicas, de fisioterapia e de fonoaudiologia, laboratórios de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia; vendas de jornais e periódicos; transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo; edição de periódicos e de informações neles contidas, relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia; serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB); prestados por empresas de call center, telemarketing, telecobrança e de teleatendimento em geral; receitas auferidas por parques temáticos, organização de feiras e eventos; execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2015 ;serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias; agências de viagem e de viagens e turismo; serviços de informática; revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003. Por meio da presente Emenda, estamos propondo que voltem a se sujeitar ao regime cumulativo de incidência das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins as receitas relativas à prestação dos servicos de advocacia, e de propaganda e publicidade. Entendendo estar resgatando a justiça tributária para os prestadores desses serviços especializados, contamos com o apoio dos nossos pares.

PARLAMENTAR

15 a Jhame

FL. 57
MPV SSACM